

INVESTIMENTOS E EMPRÉSTIMOS PÚBLICOS

Os investimentos públicos programados nos orçamentos da União, Estados e Municípios para o exercício de 1953 totalizavam cerca de 16 bilhões de cruzeiros, dos quais 10,2 bilhões pertencentes ao Governo Federal. Entretanto, por força da continuidade da política de saneamento das finanças públicas, imposta aos governos pela insuficiência dos recursos tributários carregados para os respectivos tesouros, substanciais parcelas destinadas às obras tiveram sua realização sustada a fim de atenuar os deficits das execuções orçamentárias. Assim, do total acima assinalado, aproximadamente 1/5 deixou de ser aplicado no transcurso de 1953.

Os financiamentos programados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, em moeda estrangeira e nacional, no montante respectivo de US\$ 387 329 000,00 e Cr\$ 14 369 941 000,00, discriminam-se da seguinte maneira:

SETORES	US\$ (1 000)	CR\$ (1 000)
Ferroviário	145 979	7 671 146
Energia	129 746	4 602 810
Rodoviário	6 661	—
Portuário	37 811	1 080 985
Navegação	29 147	417 000
Agrícola	27 125	206 000
Industrial	10 860	392 000
	<hr/> 387 329	<hr/> 14 369 941

Dêse total, já foram assinados contratos de financiamento por parte do Banco Internacional, Eximbank e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, no valor de 162 196 000 dólares e 4 994 974 000 de cruzeiros, inclusive os mais recentes empréstimos concedidos à Central do Brasil, para beneficiar a zona suburbana da Estrada, e à Usina Hidrelétrica do Salto Grande, no Estado de São Paulo.

Ao se encerrarem os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em fins de 1953, foi procedida a entrega dos dois últimos projetos elaborados atinentes ao reequipamento da Estrada de Ferro Araraquara e ao sistema de bitola métrica da Central do Brasil, orçados em 8,8 milhões de dólares e 19,5 milhões de cruzeiros relativamente à primeira, e 1,8 milhões de dólares e 588,4 milhões de cruzeiros à segunda.

Para o exercício de 1954 os investimentos públicos assumem valores bem elevados. Paralelamente às inversões do Governo Federal, através do Orçamento ordinário, outros empreendimentos de vulto estão programados para o corrente ano. Além dos 14,1 bilhões de cruzeiros consignados no Orçamento da União, o Governo do Estado de São Paulo tem comprometidos, para atender os gastos de sua Secretaria de Viação e Obras Públicas, 3,0 bilhões; a Municipalidade da Capital paulista, mais 0,5 bilhões;

o Governo sul-riograndense, a par dos gastos ordinários do seu orçamento, aprovou um plano de obras, serviços e equipamentos, estando para isso autorizado a contrair empréstimos com estabelecimentos de crédito, Caixas Econômicas, autarquias, empresas particulares ou instituições de previdência do país até o limite de 3,0 bilhões de cruzeiros; e a Municipalidade da Capital Federal tem consignados em seu orçamento cerca de 1,5 bilhões para obras públicas. Todavia, além dessas inversões, cujo montante previsto atinge 22,1 bilhões de cruzeiros, os investimentos relativos à Petrobrás (2,5 bilhões), Plano Nacional de Eletrificação (2,0 bilhões), Plano Nacional do Carvão (400 milhões), expansão de Volta Redonda (300 milhões), ampliação da Companhia do Vale do Rio Doce (126 milhões) e aplicação do Fundo Rodoviário Nacional (2,0 bilhões) elevarão provavelmente as inversões governamentais em 1954 ao expressivo nível de 29,0 bilhões de cruzeiros. Isto, sem levar em conta os empreendimentos da mesma natureza que se realizam nos Estados e Municípios, inclusive Minas Gerais que, como se sabe, executa um vasto programa de inversões públicas, principalmente em energia elétrica e vias de acesso rodoviário.

O vulto dos gastos orçados para 1954 suplanta largamente o dos de 1953. Relativamente às despesas orçamentárias da União, o acréscimo previsto para este ano ultrapassa as inversões de 1953 em 38,2 %. Paralelamente nenhuma alteração foi prevista para a política tributária de forma a evitar que o vulto das inversões programadas juntamente com as que serão realizadas pelo setor privado venham contribuir para o agravamento da pressão inflacionária.

Alguns dos empreendimentos citados, como a Petrobrás e o Plano Nacional de Eletrificação, devem ser postos em execução a partir do ano em curso. Para o primeiro já estão previstos recursos próprios, o que não se verifica com o segundo, porquanto o Congresso ainda não ultimou a votação do projeto de lei que dispõe sobre a matéria, apesar de constituir ponto pacífico a autorização a ser concedida ao Executivo, pelo mesmo projeto, no sentido da obtenção de adiantamentos no Banco do Brasil por conta de receita futura (1955).

Como as inversões procedidas pelos Estados e Municípios, dependentes comumente de operações de financiamento, encontram por vezes sérios empecilhos no levantamento dos recursos, pois os mercados de títulos públicos não oferecem, atualmente, possibilidades às novas emissões, são os Governos forçados a recorrer a operações de crédito com as Caixas Econômicas e Banco do Brasil. Daí, esperar-se que o montante dos gastos previstos fique muito aquém das estimativas e, portanto, mais de acordo com a real capacidade do Tesouro Público.